

ATA nº 3 (três)

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e dezassete, reuniu-se na Creche A Tartaruga e a Lebre, sita na Rua Carlos Mayer, número 4, Alvalade, em Lisboa, a Assembleia Geral Ordinária da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Lisboa, conforme o artigo número 38º, alínea 1, dos Estatutos em vigor e o artigo número 27º, alínea 1-a) dos Estatutos presentes à Segurança Social, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ponto um – Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas do Exercício referente ao ano 2016.

Ponto dois – Comissão do Património

Ponto três – Informações diversas

Presidiu à Assembleia o Presidente da Mesa, o associado Miguel Almeida Chaveca Quintino, estando também presentes o Vice-Presidente, o associado Pedro Manuel da Silva Leandro e a Secretária, a associada Maria Isabel Macedo da Silva Bento. -----

À hora marcada, vinte horas, não havendo o número suficiente de associados para se poder realizar a Assembleia, os trabalhos foram suspensos até às vinte e uma horas, nos termos dos nºs 1 e 2 dos Estatutos da APPACDM de Lisboa. O Presidente da Mesa da Assembleia procedeu à abertura da Assembleia Geral, dando as boas vindas aos associados presentes, solicitando autorização para a gravação da reunião e verificando o Livro de Presenças, estando presentes na sala vinte e quatro (24) associados e não havendo qualquer delegação de voto. -----

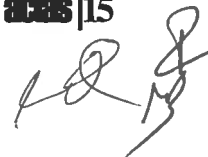
O Presidente pronunciou-se sobre a regularidade da convocatória (**anexo 1**) e respetiva publicação nos jornais “Diário de Notícias” e “Correio da manhã” do dia 14 de março de dois mil e dezassete (**anexos 2 e 3**) e questionou os presentes relativamente à aprovação da Ordem de Trabalhos, não havendo quaisquer votos contra, logo sendo aprovada por unanimidade. -----

Foi passada a palavra ao Presidente da Direção, o associado Mário José Santos de Matos, que agradeceu a presença de todos e informou que o Relatório e Contas foi publicado no *site* da Associação em quinze de março, de acordo com o disposto nos estatutos apresentados à Segurança Social, para possibilitar aos associados o contacto com o exercício referente a 2016, ficando disponível para todos e quaisquer esclarecimentos considerados necessários. -----

Tendo iniciado a exposição, informou que foram seguidas as linhas de enquadramento e princípios orientadores de relatórios anteriores relativamente ao Plano de Ação elaborado. Passando à análise do Relatório em detalhe, referiu que se pode verificar que o modelo global de financiamento se manteve, mas com uma redução devido a decisões do Ministério da Segurança Social e do Ministério da Educação relativamente à APPACDM de Lisboa, com diminuição de verbas com algum impacto em 2016, mas essencialmente em 2017, tais como a tipificação do acordo de Centro de Atividades Ocupacionais do Bloco Júlia Moreira e o *terminus* do financiamento do Ministério da Educação para crianças em idade escolar, uma vez que a escola pública é inclusiva, havendo os apoios necessários no ensino regular. Não tendo havido candidaturas de alunos para a Escola de Educação Especial, o subsídio para essa prestação de serviços foi suspenso, o que teve um certo impacto ao nível dos recursos humanos, que se mantêm no Bloco da Ajuda, tendo apenas sido dispensada a professora em regime de destacamento. Ambas as decisões destes Ministérios implicaram uma limitação na ordem dos 40.000€ (quarenta mil euros). -----

O Presidente da Direção acrescentou que ao longo do ano transato se fez a reposição de ajustamentos salariais que não estavam provisionados nas contas e que eram impostos pela convenção coletiva desde há algum tempo, tendo sido necessário proceder ao pagamento de retroativos, com negociação com os trabalhadores implicados, havendo necessariamente um acréscimo na massa salarial. -----

Em relação aos serviços de tipografia associados ao Centro de Atividades Ocupacionais de Santa Clara, o Presidente da Direção comunicou a decisão de se proceder ao seu encerramento, passando os utentes fisicamente para o Bloco Júlia Moreira, com transferência prevista para setembro de 2017. Esta extinção é resultado de cerca de 30.000€ (trinta mil euros) anuais de prejuízo recorrente, advindo a redução dos custos da renda, dos serviços de limpeza e de refeição, que poderá resultar numa progressiva recuperação face à falta de receitas que implicaram o *deficit* constante, bem como devido ao facto de o contrato de arrendamento estar prestes a caducar, sem previsão de renovação. As implicações em termos de recursos humanos serão a reconversão profissional de um elemento e a saída dos outros dois trabalhadores, através da respetiva negociação legal. -----



Ainda em relação a outras decisões, o Presidente da Direção informou que o protocolo existente com o Hospital Garcia da Orta teve um impacto de custos gerado pelos vencimentos dos engenheiros contratados e pelas obras realizadas, não tendo havido qualquer contrapartida financeira para a Associação, uma vez que os produtos de apoio do banco de empréstimo eram dependentes de uma mera caução. Por conseguinte, apesar da vontade de manter uma boa relação com este parceiro, estando prevista a denúncia do contrato. -----

O Presidente da Direção acrescentou, ainda, que outra decisão com impacto está diretamente relacionada com os painéis solares existentes nos telhados de diversas estruturas da Associação, com modalidades distintas e cujos contratos não estavam devidamente regularizados: nos telhados da Júlia Moreira e da Creche, são arrendados com pagamento anual durante um período de quinze anos e no caso das Pedralvas, Alapraia e Penha de França, não sendo os painéis propriedade da Associação e havendo que se proceder à sua aquisição por imperativo legal, considerou-se haver uma oportunidade face à análise custo-benefício, com aproveitamento da verba remanescente da venda do prédio da Travessa Água Flor, com afetação de 30.000€ (trinta mil euros) a essa compra, que resultará numa remuneração futura com uma razoável rentabilidade face ao capital investido. -----

O Presidente da Direção mencionou que na estrutura do Relatório há um conjunto de informações relativas aos objetivos previstos para cada uma das valências da Instituição, tendo o Centro de Recursos para a Inclusão vindo a substituir a Escola de Educação Especial e havendo sempre uma grande expectativa do financiamento atribuído pelo Ministério da Educação em relação aos tempos de atendimento a cada um dos alunos. Mencionou que nalgumas Direções de Escolas é mais fácil a gestão, mas que a Associação procura sempre manter a qualidade dos serviços prestados à comunidade escolar, havendo recursos internos integralmente afetos a esta atividade. -----

No que respeita à resposta Centro de Atividades Ocupacionais, ainda se mantém aberta a lista de espera, não havendo contudo vagas para os Lares Residenciais. Os cuidados de saúde referidos no Relatório estão relacionados com o processo de envelhecimento associado à deficiência intelectual, sendo necessário acompanhar os utentes cada vez com maior frequência aos hospitais, sendo esse apoio prestado por Técnicos e Diretoras Técnicas, sem qualquer remuneração extraordinária. -----

O estudo realizado sobre a Trissomia 21, permitiu confirmar esse mesmo processo de envelhecimento, tendo sido reconhecido como uma transmissão de conhecimentos útil a toda a comunidade. Este estudo não está a ser continuado neste momento, pois a entidade elegível para a candidatura, optou por outras prioridades, mas no passado dia 25 de fevereiro, decorreu uma reunião de organizações filiadas na Humanitas onde foi apresentado o estudo, esperando-se que venham a existir apoios no futuro para permitir a sua continuidade, já que para além da especificidade de diversos aspetos físicos, seria importante alargar a pesquisa e divulgar os resultados, partilhando o conhecimento com as demais entidades. -----

O Presidente da Direção também se referiu às anteriormente designadas Empresas de Inserção, que já existiam há bastante tempo, tendo agora sido concluídas como entidade jurídica. De futuro, serão assumidas como atividades instrumentais, de acordo com o novo Estatuto das IPSS, sendo transferidas para a área de Empreendedorismo, que contribui significativamente para os resultados da Instituição. O apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional destinado às Empresas de Inserção foi concluído, mas as diversas áreas da Quinta dos Inglesinhos continuam a permitir várias atividades através de medidas ativas de emprego e inserção. A pedido do Presidente da Direção, o associado Luís Besugo, Gestor do Empreendedorismo, falou brevemente das dificuldades existentes nos apoios às contratações, sendo necessário um grande equilíbrio de recursos para se apresentarem orçamentos competitivos no mercado e permitir uma resposta imediata aos pedidos das potenciais Empresas-Clientes, para além de ser uma área importante para colocação dos formandos dos cursos neste âmbito. -----

O Presidente da Direção referiu-se ao grau de concretização dos objetivos, fazendo menção à informação contida no relatório em relação aos prestadores de serviços e ao grau de satisfação das partes interessadas, baseando-se numa breve explicação da associada Olívia Felícia, Gestora da Qualidade.

O Presidente da Direção aludiu ao positivo grau de reivindicação dos utentes, devendo haver uma elevada capacidade de resposta por parte da Instituição, tendo abordado igualmente os vários inquéritos que são realizados, designadamente à sociedade em geral, que carece de um maior conhecimento a respeito da Associação. Pretende-se, como caminho para a melhoria contínua, que as questões sobre sugestões, reclamações e elogios venham a ser cada vez mais desenvolvidas, para além de se desejar uma maior inovação, sendo de destacar o projeto de comunicação que mereceu uma candidatura ao financiamento pelo BPI Capacitar, de que resultou uma verba de cerca de 19.000€ (dezanove mil euros), para estabelecer pólos futuros entre a Instituição e a comunidade. -----



Relativamente aos Recursos Humanos, o Relatório apresenta apenas alguns indicadores com dados à data de 31 de dezembro de 2016, sendo de evidenciar a manutenção dos indicadores. Na Comunicação foi revitalizado o *site* institucional, com acesso restrito aos associados; decorreram diversos eventos, com cerca de 700 participações no total; a atividade do grupo de teatro Nós tem sido uma constante; e na rede social *facebook* têm vindo a ser colocadas diversas informações informativas. -----

O Presidente da Direção acrescentou que, relativamente à parte financeira da Instituição, se registaram movimentos que foram resultado de decisões tomadas e que permitiram cumprir o orçamento de despesa. No que diz respeito ao Ativo e Passivo contidos no Relatório de Demonstração de Resultados, verifica-se que a situação é estável, com um aumento dos depósitos em Bancos. Foi devido à comparticipação superior do POPH no apoio à construção do Lar Casas de Alapraia que se registou o aumento dos depósitos bancários, havendo um balanço positivo de 70.000€ (setenta mil euros). Nesta verba, já se encontram reportados os processos de indemnização e responsabilidades assumidas anteriormente referenciadas. Caso não houvesse esses compromissos, o balanço seria de cerca de 140.000€ (cento e quarenta mil euros). -----

Nos Rendimentos e Gastos, quanto às comparticipações familiares, foram estabelecidas de acordo com as novas regras da Segurança Social, calculadas mediante o rendimento *per capita*, com acréscimos graduais de 5%. Atualmente, a regulamentação prevê o pagamento "zero", o que se pode considerar um pouco excessivo, uma vez que todos os utentes têm direito a um subsídio, pelo que se considera que deveria haver pelo menos uma parcela para pagamento da utilização dos serviços, nem que fosse uma percentagem mínima, pois o que é gratuito não é devidamente valorizado. -----

O Presidente referiu que o número médio de trabalhadores variou ligeiramente, com uma redução devida à não substituição das ausências por baixa, com um acréscimo de trabalho e esforço por parte dos restantes, de modo a não se ser prejudicada a prestação de serviços. Também mencionou os Gastos com a Direção, acrescentando que se registou uma alteração nos membros, pois a associada Helena Colaço, com algum pesar, devido a constrangimentos de natureza pessoal e profissional, apresentou a sua demissão, que foi aceite, tendo sido substituída pela associada Deolinda Morgado, mãe de um utente do Bloco Júlia Moreira, que apesar da pouca disponibilidade, tem apoiado os restantes membros da Direção. -----

Tem havido algumas reuniões de Direção com a presença de associados, para partilha das preocupações e maior envolvimento, de modo a haver uma maior aproximação na vida associativa. -----

O Presidente da Direção concluiu, assim, a sua apresentação e, não havendo questões dos associados, foi passada a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal, o associado António Veloso Cortesão, que apresentou os cumprimentos aos presentes e informou que não se iria proceder à leitura do relatório, mas informou que as conclusões do gabinete de revisores mereceu a melhor atenção, sendo o Conselho Fiscal de opinião de que deveria ser sujeito a aprovação. -----

O Presidente da Mesa questionou os presentes se havia alguma objeção, tendo o Relatório sido aprovado por unanimidade com zero votos contra e zero abstenções. -----

Passando-se ao ponto dois da Ordem dos trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia referiu que se constatou alguma polémica em relação à Comissão do Património, pelo que considerou ser importante fazer uma breve resenha histórica em relação a esse tema, baseando-se em Atas e outros documentos relevantes. Em janeiro de 2003 foi constituído um grupo de trabalho para a gestão do património da Associação e em 2009, mediante uma deliberação da Assembleia Geral, o mesmo foi extinto. Pela análise do Presidente da Mesa da Assembleia, este grupo constituiu-se com um mandato específico relativo aos edifícios da Rua Barão Sabrosa e da Travessa Água Flor. No ano 2013 surgiram outras informações em relação ao património, que passaram pelo prédio da Rua do Garrido e pelo armazém da Ramada, mas nada mais foi deliberado. Quando se voltou a referir, em 2014, a comissão anteriormente constituída e/ou a necessidade de criar um novo grupo de trabalho, foram trocadas várias opiniões em relação à comissão sobre o património. Em 19 de fevereiro de 2015 foi aprovada uma proposta do associado Patrício Viriato da Cruz, para se constituir um grupo de trabalho para o património não afeto diretamente à atividade da Associação, tendo sido aprovado um regulamento, mas não tendo sido mandatado ninguém para a composição desse mesmo grupo de trabalho. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia acrescentou ainda que o aprovado regulamento se referia especificamente ao mandato em curso. -----

Assim, e sendo o mandato da Direção limitado no tempo, as referidas comissões criadas com fins específicos e, igualmente, limitadas no tempo, se pode concluir que no fim de cada mandato, se extinguem quaisquer grupos criados para estes efeitos. Como tal, atualmente não existe qualquer grupo de trabalho para analisar as questões do património não afeto às atividades regulares. Mais informou que o regulamento está adequado nas suas disposições, não sendo necessário eleger ou reconduzir quaisquer membros de um grupo de trabalho. -----

Tendo questionado os associados presentes se não havia questões em relação a este ponto, o Presidente da Mesa da Assembleia afirmou que se poderia dar o assunto por encerrado. -----

O Presidente da Direção pediu a palavra e relatou que anteriores associados se teriam dado conta de que o grupo de trabalho tinha acabado com a conclusão do mandato. A atual Direção considera que poderá vir a ser constituído um grupo de associados, se assim o entenderem, para todo e qualquer assunto considerado importante. -----

Acrescentou que, o património da Instituição é, atualmente, o prédio da Avenida 5 de outubro, onde se encontra a Sede, o prédio da Rua do Garrido e o terreno da Rua Barão Sabrosa, fruto da demolição do prédio, com uma área de 100 metros quadrados, que tem valor pelo que poderá lá vir a ser colocado. Comunicou que foi submetido um projeto de arquitetura à Câmara Municipal de Lisboa, aguardando-se o resultado. Este terreno poderá reverter em três apartamentos T1, com garagem e arrecadação. Se houver financiamento, certamente haverá retorno, ou então poderá pensar-se na venda do terreno, com projeto aprovado, que até poderá ser melhor. Na Sede, o prédio está a degradar-se e talvez durante este mandato da Direção se pense em mudar para outras instalações, estando a pensar-se na Ajuda, o que poderá contribuir para reduzir custos e tomar decisões para se vir a rentabilizar o património.

O Presidente da Direção acrescentou ainda que um objetivo de aquisição de uma nova estrutura poderia resultar em novas respostas sociais, mas que as participações familiares e os subsídios do Estado são escassos para se avançar com qualquer hipótese. -----

O Presidente do Conselho Fiscal questionou sobre o prédio de Odivelas e o Presidente da Direção esclareceu que, sendo apenas uma loja, avaliou-se a possibilidade de transferência da Sede, mas que não seria tão viável como passar para a Ajuda, onde a redução de custos será mais significativa. Na Ramada, o arquivo estava muito desorganizado, pelo que houve necessidade do apoio de uma empresa da especialidade para a respetiva catalogação e arrumação. -----

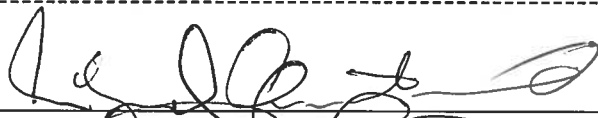
Tendo pedido a palavra, o Presidente do Conselho Fiscal referiu que em 2003, do grupo de trabalho constituído para a gestão do património fazia parte a associada Luísa Soares Branco (recentemente falecida) e o associado José Pavão Nunes. Na época, os edifícios que estavam em condições de negociação encontravam-se na zona turística do Bairro Alto (Travessa Água Flor) ou então estavam dependentes da saída de um único inquilino (Rua Barão Sabrosa). Tendo havido a crise de 2008, considerou-se ser importante esperar, mas agora poderá iniciar-se a negociação. -----

O Presidente da Direção, ainda sobre o mesmo assunto, referiu-se ao apartamento da Travessa do Possolo que está presentemente arrendado por 650€ (seiscentos e cinquenta euros) e que tinha sido objeto de um arrendamento anterior por uma verba abaixo dos valores de mercado. -----

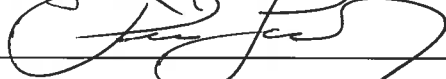
O Vice-Presidente do Conselho Fiscal, associado Miguel Abranches Pinto, tomou a palavra informando que no dia 1 de abril se iniciaria o período de entrega do IRS e que este ano a declaração está quase preenchida, por isso sugeriu que o Gabinete de Comunicação deveria fazer uma ressalva para que os associados e demais cidadãos possam efetuar a entrega com o devido donativo. -----

Tomada devida nota dessa sugestão, o Presidente da Mesa questionou os presentes se haveria algum ponto adicional ou informações diversas a analisar e debater e não havendo nada a tratar, deu-se por encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e trinta minutos, lavrando-se a presente ata, que depois de colocada no *site* para comentários dos associados, será aprovada e assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

Presidente



Vice-presidente



Secretária

